

# Multilinguismo e políticas linguísticas: o caso dos Warao em Belém

## *Multilingualism and language policies: the case of the Warao in Belém*

Deywela Thayssa Xavier da SILVA\*  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Ana Paula Barros BRANDÃO\*\*  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

**RESUMO:** A língua Warao é uma língua originária da Venezuela, mas atualmente por conta do intenso fluxo migratório é falada também no Brasil. Diante da presença Warao em todas as regiões do Brasil surge a necessidade de refletir sobre as especificidades linguísticas do referido povo. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar o perfil sociolinguístico dos Warao e também, refletir sobre questões relacionadas ao multilinguismo e as políticas linguísticas voltadas para essa população. Para isso apresentamos algumas das políticas linguísticas e políticas de inclusão governamentais e não governamentais já implementadas. A fundamentação teórica deste trabalho ancora-se nas reflexões sobre diversidade linguística e multilinguismo de Amaral (2011), Gomes (2020) e Morello (2012); nos estudos sobre políticas linguísticas de Calvet (2007), Oliveira (2016) e Rocha e Hamel (2020) e, também, na análise sobre as políticas linguísticas previstas na LDB (1996) e nas Diretrizes para a política Nacional de Educação Escolar Indígena (1994).

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua Warao. Multilinguismo. Políticas Linguísticas.

**ABSTRACT:** The Warao language is originally from Venezuela, but currently, due to the intense migratory flow, it is also spoken in Brazil. Faced with the Warao presence in all regions of Brazil, there is a need to reflect on the linguistic specificities of the referred people. Thus, the objective

---

\* Mestranda em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL/UFPA. Bolsista da CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4120-0936>. E-mail: [deywela.silva@ilc.ufpa.br](mailto:deywela.silva@ilc.ufpa.br)

\*\* Doutora em Linguística pela University of Texas at Austin, e professora adjunta da Universidade Federal do Pará. E-mail: [apbrandao@ufpa.br](mailto:apbrandao@ufpa.br)

of this work is to present the sociolinguistic profile of the Warao and also to reflect on issues related to multilingualism and language policies aimed at this population. To this end, we present some of the language policies and governmental and non-governmental inclusion policies that have already been implemented. The theoretical foundation of this work is anchored in reflections on linguistic diversity and multilingualism by Amaral (2011), Gomes (2020) and Morello (2012); in the studies on language policies by Calvet (2007), Oliveira (2016) and Rocha and Hamel (2020) and also in the analysis of the language policies provided for in the LDB (1996) and in the Guidelines for the National Policy on Indigenous School Education (1994).

**KEYWORDS:** Warao language. Multilingualism. Language Policies.

## **Introdução**

A língua Warao é falada pelo povo de mesmo nome que residia originalmente na Venezuela, mas que hoje estão espalhados em alguns países, inclusive o Brasil. A língua Warao é considerada uma língua isolada, uma vez que não há descrições suficientes para enquadrá-la como pertencente a uma família ou tronco linguístico. O status da língua pode ser diferente para cada país, na Venezuela a língua é considerada como vigorosa, já na Guiana e no Suriname a língua é classificada como moribunda, o que significa dizer que a língua corre risco de extinção. No Brasil o status da língua ainda não foi classificado, pois a migração é relativamente recente.

O deslocamento do povo Warao para alguns países da América Latina, inclusive o Brasil iniciou em 2014 e se intensificou a partir de 2017 impulsionado pela crise política, econômica e humanitária que assola a Venezuela. De acordo com a ACNUR, (2021, p. 25), em julho de 2014 foi registrada a chegada de 10 Warao, em dezembro de 2016 o número saltou para 600, em março de 2018 o número dobrou e em dezembro de 2020 o número já ultrapassava 3.000.

Quanto à distribuição espacial dos Warao no Brasil, a antropóloga Rosa (2020, p. 33) aponta que eles estão presentes em todas as regiões do Brasil, mas se concentram principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Ainda de acordo com a autora, na região norte eles estão presentes em 30 municípios, na região nordeste em 26, na região centro-oeste em 9, na região sudeste 7 e na região sul 3 municípios, totalizando 75 cidades. Cabe destacar que estes números não estão atualizados, pois a população Warao continua em

trânsito. Neste trabalho trataremos mais especificamente da língua Warao falada na região metropolitana de Belém.

O objetivo deste trabalho é apresentar o perfil sociolinguístico dos Warao e também, refletir sobre questões relacionadas ao multilinguismo e as políticas linguísticas voltadas para essa população.

A fundamentação teórica deste trabalho ancora-se nas reflexões sobre diversidade linguística e multilinguismo de Amaral (2011), Gomes (2020) e Morello (2012); nos estudos sobre políticas linguísticas de Calvet (2007), Oliveira (2016) e Rocha e Hamel (2020) e, também, na análise sobre as políticas linguísticas previstas na LDB (1996) e nas Diretrizes para a política Nacional de Educação Escolar Indígena (1994).

O presente estudo é fruto da pesquisa de mestrado de uma das autoras, que foca na documentação como uma política linguística. Dessa forma, os dados apresentados são parte da pesquisa. Para o desenvolvimento do estudo contamos com dois consultores indígenas, que são discentes do curso de pedagogia na Universidade Federal do Pará. Para realização das oficinas contamos com apoio da Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC).

O trabalho está dividido em três seções. Após a introdução, a seção 1 apresenta o perfil sociolinguístico dos Warao. A seção 2 traz uma breve discussão sobre o multilinguismo e as políticas linguísticas no Brasil. A seção 3 apresenta uma reflexão sobre os desafios para a criação e implementação de políticas linguísticas voltadas para a população Warao, e por fim trazemos nossas considerações sobre a discussão proposta.

## **1 O perfil sociolinguístico da população Warao**

Para melhor compreensão da situação sociolinguística da língua, foi organizada uma tabela e um mapa que reflete a distribuição do povo Warao na região metropolitana de Belém, Pará. Na tabela 1 abaixo, constam informações gerais sobre a língua, a saber: nomes, população, localização e o status da língua. Para isso foi utilizado os dados disponíveis no site *Ethnologue*.

**Tabela 1: Dados linguísticos gerais da comunidade Warao**

## Língua: Warao

Nomes alternativos: Guarao, Guarau, Guarauno, Warau e Warrau.

	População de usuários	População étnica:	Localização	Status da língua
<b>Venezuela</b>	32.400	48.800 (Censo de 2011)	Delta Amacuro, Monagas e Sucre estados: Delta do rio Orinoco.	Vigorosa (Língua reconhecida)

### Outros países em que a língua é falada

Guiana, Guiana Francesa e Suriname e Brasil.

	População de usuários	Localização	Status da língua
<b>Guiana</b>	A população étnica é de 5.000, mas desse número poucos são falantes.	Regiões de Barima-Waini, Pomeroun-Supenaam e Essequibo-West Demerara: perto da costa, misturado com falantes de Arawak [ake] e Carib [car].	8a Moribunda
<b>Suriname</b>	500 falantes (2018).	Distrito de Nickerie: perto da fronteira com a Guiana.	8a Moribunda
<b>Brasil</b>	3.250 de acordo com a (ACNUR, 2020)	Estão distribuídos nas cinco regiões do Brasil.	Não classificado

Fonte: Adaptada pelas autoras a partir das informações do *Ethnologue*. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/language/wba> e dados da ACNUR, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>

Segundo Romero-Figueroa (1997; 2020), os Warao habitam o delta do Orinoco, um território que, geopoliticamente, faz parte da região nordeste da Venezuela. O autor ainda destaca que até o início do século XX, as comunidades de língua Warao se estendiam ao longo da faixa costeira do Atlântico até o leste do rio Maratakka no Suriname.

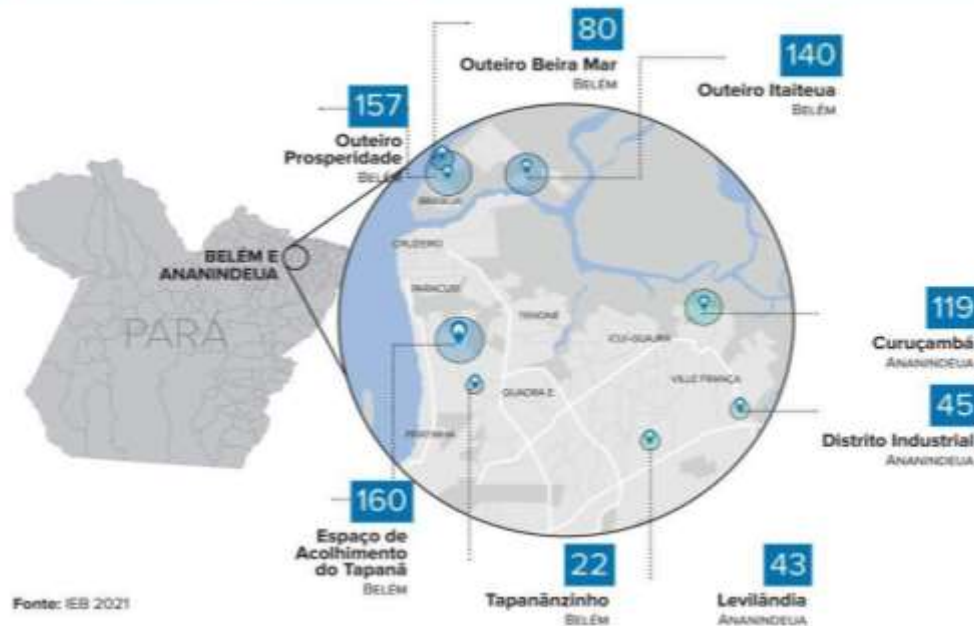
De acordo com o Censo de 1981, existiam cerca de 15.000 indivíduos Warao e houve um aumento populacional considerável quando comparado com o censo de 2011, que indica a existência de cerca de 32.400 indígenas Warao. Apesar do número populacional sugerir que não é um grupo étnico que corre risco de desaparecer, há um consenso que os Warao constituem uma sociedade que está culturalmente ameaçada por diversos fatores. Antes mesmo de começarem a migrar para outros países os Warao já sofriam abalos no seu estilo de vida e suas práticas culturais devido ao crescente uso das terras deltaicas para a atividade agrícola. Cabe ressaltar também que a presença de missionários com suas práticas religiosas, afetaram a vida e a cultura tanto dos Warao dos canos quanto do delta oriental.

A soma desses fatores fez com que esse grupo étnico migrasse forçadamente para as cidades da Venezuela e posteriormente para outros países. Como os Warao estão distribuídos espacialmente em todas as regiões do Brasil, para este trabalho nosso recorte espacial será a cidade de Ananindeua/PA e a cidade de Belém/PA.

A ilustração do mapa 1 abaixo, mostra, especificamente, a distribuição socioespacial do povo Warao na região metropolitana de Belém, e para isso utilizamos os dados disponibilizados pela ACNUR. Como apresentado no mapa, os indígenas estão concentrados principalmente na comunidade Prosperidade em Outeiro e no espaço de acolhimento no bairro do Tapanã.

**Mapa 1: Dados sobre a língua Warao falada na região metropolitana de Belém**

## Distribuição Socioespacial da População Warao em Belém e Ananindeua



Fonte: <https://www.r4v.info/pt/document/acnur-brasil-relatorio-de-atividades-belem-jan-jun-2022>

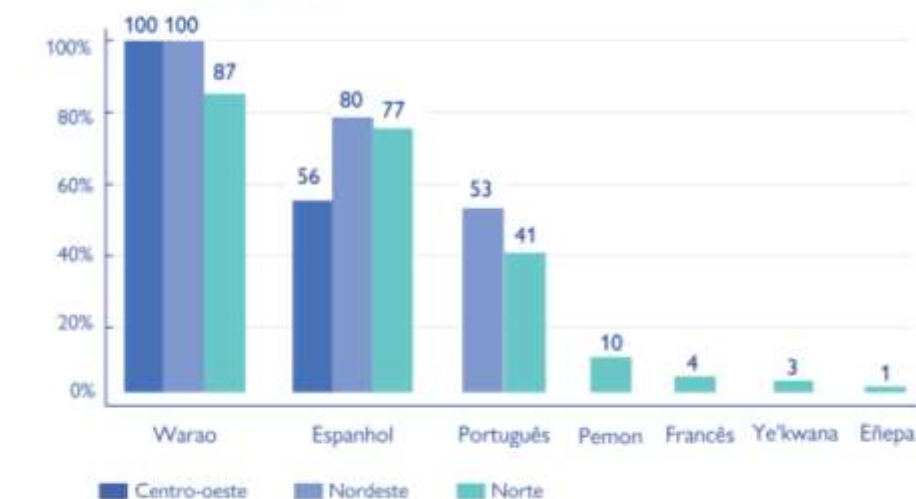
A respeito do perfil sociolinguístico dos Warao cabe destacar que de acordo com o levantamento realizado com 7 indígenas que ingressaram na UFPA no ano de 2021 pelo processo seletivo especial para imigrantes, refugiados, asilados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas (MIGRE), todos são falantes do warao como língua materna, possuem o espanhol como segunda língua ou língua de escolarização na Venezuela e apenas 3 estudantes relataram ter tido acesso às aulas de português<sup>1</sup>.

Estes dados estão de acordo com o perfil sociolinguístico apresentado pela Organização Internacional para as Migrações (OTM), por meio da Matriz de Monitoramento de deslocamentos (DMT) em três regiões do Brasil (incluindo a região norte) com dados sobre quais línguas são faladas pelos indígenas.

### Gráfico 1: Perfil sociolinguístico dos Warao nas regiões Centro-oeste, Nordeste e Norte.

<sup>1</sup> Cabe ressaltar também que infelizmente até o presente momento ainda não recebemos autorização para aplicação de um questionário sociolinguístico no espaço de acolhimento Tapanã e nas demais comunidades.

**GRÁFICO 35.** Línguas faladas pelos grupos indígenas refugiados e migrantes, por região (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

Fonte: Brasil (2021, p. 91), Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/node/88920>

A pesquisa realizada pelo DMT em 2021, identificou sete línguas faladas pelos Warao das três regiões pesquisadas. Ainda de acordo com o DMT, 92% dos participantes da pesquisa falam Warao, 77% falam o espanhol e 40% falam português. A pesquisa aponta também que muitos dos participantes são bilíngues ou multilíngues, tendo em vista que cerca de 35% falam Warao, espanhol e português, enquanto aproximadamente 38% são falantes do warao e do espanhol e somente 1% falam Warao e Português.

## 2 O Multilinguismo e as Políticas Linguísticas no Brasil

Antes da chegada dos portugueses o Brasil já era um país multilíngue. Segundo Rodrigues (1993), em relação às línguas indígenas, antes da colonização havia no Brasil aproximadamente 1.273 línguas, o autor também estima que ao longo de mais de 500 anos de colonização cerca de 75% dessas línguas foram silenciadas. Restando cerca de 150 línguas indígenas (STORTO, 2019, p. 8).

No Brasil, durante o período colonial a política linguística adotada pelo Império foi a imposição da Língua Portuguesa como única língua oficial do Brasil, e para efetivação dessa política as línguas indígenas e a língua geral foram proibidas. Tais ações foram as principais responsáveis pelo silenciamento de centenas de línguas e pela invenção do mito do país monolíngue. A respeito desse mito Ferraz destaca:

A imagem de unidade da língua nacional brasileira propiciou, de certa forma, uma imagem distorcida do panorama linguístico do Brasil, como um enorme país monolíngue, dominado pela língua portuguesa em toda a sua extensão, fato que esconde a sua realidade plurilíngue, marcada pela coexistência de várias línguas com o português. (FERRAZ, 2007, p. 44).

Dessa forma, até meados do século XX a política e a ideologia do monolingüismo era o objetivo visto como ideal. Essa concepção colaborou para o desaparecimento de centenas de línguas indígenas e, conseqüentemente, das culturas desses povos. Nos primeiros anos da República, além do descaso com a população indígena, ainda continuava a política linguística e educativa de imposição do português como língua única. A história do Brasil mostra a imposição do português como língua única, o chamado modelo assimilacionista, legítima, símbolo da nacionalidade brasileira e as diversas tentativas de silenciamento das línguas minoritárias faladas no país, os reflexos deste posicionamento podem ser observados até hoje, o qual prejudica a evolução do país, principalmente, no aspecto do ensino multilíngue nas escolas.

Para Calvet (2007, p. 19), a política/planejamento linguístico, implica ao mesmo tempo uma abordagem científica das situações sociolinguísticas, a elaboração de um tipo de intervenção sobre essas situações e os meios para se fazer essa intervenção. Em consonância com esse conceito, Oliveira (2016, p. 382) aponta as políticas linguísticas como uma subárea das políticas públicas, uma vez que os usos da língua estão intrinsecamente relacionados às práticas sociais dos indivíduos. O autor ainda ressalta que as políticas linguísticas podem ser criadas e aplicadas por instituições que têm influência na vida da sociedade, como por exemplo: estados, governos, igrejas, empresas, ONGs, associações, família etc.

A nível de estado brasileiro as principais políticas voltadas para a questão das línguas indígenas são políticas integradas à educação escolar indígena. Tais políticas são ancoradas em documentos oficiais como: A constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 e as Diretrizes para a política Nacional de Educação Escolar Indígena. Para Rocha e Hamel (2020, p. 36), a constituição de 1988 possibilitou uma verdadeira guinada epistemológica, pois possibilitou pela primeira vez o pleno reconhecimento das línguas e culturas indígenas:



“São reconhecidas aos índios sua organização social, costumes, **línguas** e tradição e os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. (Constituição Federal Brasileira, 1988, Capítulo VIII, Art. 231).

A constituição é um marco na história da luta dos povos indígenas, pois assegura aos povos tradicionais o direito à manutenção de suas línguas e o direito aos processos próprios de aprendizagem. O reconhecimento do Brasil como um país de vasta diversidade linguística continuou sendo negado por séculos. Somente após a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 abriu-se espaço para a criação e implementação de políticas linguísticas de promoção do multilinguismo.

A constituição abriu espaço para a criação e consolidação de importantes políticas linguísticas a nível nacional. Oito anos após a promulgação da constituição federal foi publicada a LDB 9394/91 que trouxe avanços, pois autorizava as escolas a fazer uso das línguas maternas de cada comunidade bem como assegurar seus processos próprios de aprendizagem. A respeito das políticas de multilinguismo a LDB ressalta:

**Art. 78.** O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar **bilíngue** e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

**I** - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a **valorização de suas línguas** e ciências;

**II** - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

(Artigo 78 da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996).

De acordo com Rocha e Hamel (2020, p. 38) as Diretrizes para a política Nacional de Educação Escolar Indígena também marcaram positivamente a luta por políticas linguísticas que asseguram o multilinguismo, uma vez que estipula quatro princípios gerais da educação indígena: especificidade e diferença; Interculturalidade; **Língua materna e bilinguismo**; e globalidade do processo de aprendizagem. Entretanto, o intuito deste trabalho é discutir as questões relacionadas ao uso da língua e o bilinguismo. O documento defende que toda educação indígena deve ser bilíngue e ressalta:

1) cada povo tem o direito constitucional de utilizar sua língua materna indígena na escola, isto é, no processo educativo oral e escrito, de todos os

conteúdos curriculares, assim como no desenvolvimento e reelaboração dinâmica do conhecimento de sua língua;

2) cada povo tem o direito de aprender na escola o português como segunda língua, em suas modalidades oral e escrita, em seus vários registros - formal, coloquial, etc.

3) a língua materna de uma comunidade é parte integrante de sua cultura e, simultaneamente, o código com que se organiza e se mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações, que assegura a vida de todos os indivíduos na comunidade. Novos conhecimentos são mais natural e efetivamente incorporados através da língua materna, inclusive o conhecimento de outras línguas. (BRASIL, 1994, p. 11)

Outro exemplo é o Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, que é uma política voltada para o reconhecimento da diversidade linguística como patrimônio cultural, através da identificação, documentação e ações de apoio e fomento. A INDL é um instrumento que visa o mapeamento, a caracterização e o diagnóstico das diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística do país, além de contribuir para o fortalecimento do patrimônio cultural dessas comunidades. Portanto, os objetivos são promover e valorizar a diversidade linguística brasileira, fomentar a produção de conhecimento e documentação sobre as línguas faladas no Brasil, e ainda contribuir para a garantia de direitos linguísticos. A respeito da diversidade linguística no Brasil Morello destaca:

A presença de mais de 200 línguas no Brasil de hoje – sejam elas indígenas, de imigração, crioulas, afro-brasileiras ou de sinais – embora em número infinitamente menor do que as cerca de 1.500 existente há quinhentos anos, são a expressão de uma diversidade linguística que resistiu e que agora está disponível para que o cidadão brasileiro possa com ela se identificar e nela investir simbolicamente, culturalmente, economicamente. (MORELLO, 2012, p. 39)

Segundo Morello (2012), a partir dessa diversidade linguística presente no Brasil, devemos desconstruir o mito de que o Brasil é um país monolíngue, pois essa concepção impede o avanço da legislação em reconhecer uma educação multilíngue. Essa concepção era e ainda é sustentada por uma classe dominante que acredita em um prestígio que a língua portuguesa traz consigo e o imaginário de “língua pura” e que representa uma unidade nacional. Apesar dos avanços nos direitos linguísticos dos povos indígenas, ainda

observa-se o foco na aquisição do Português Brasileiro (PB) em detrimento do letramento em língua materna.

A partir disso, reiteramos que o Brasil não é monolíngue, mas um país com uma diversidade linguística gigantesca, que além de ter falantes do português, de LIBRAS, línguas africanas, línguas de imigrações, línguas de fronteiras ainda abrange, de acordo com o Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Políticas Linguísticas (IPOL, 2022), 13 línguas indígenas já cooficializadas em 10 municípios e um número considerável que ainda não foram cooficializadas.

Atualmente, a situação linguística encontrada em muitas regiões do Brasil, segundo Gomes et al. (2020), é a de que os povos originários tentam manter suas línguas ancestrais, aprendidas como línguas maternas, enquanto o Português é aprendido como língua adicional, sendo comum a convivência com diferentes línguas no cotidiano, a exemplo do Complexo do Tumucumaque, no norte do Pará e do Parque Nacional do Xingu, no estado do Mato Grosso. Apesar do contexto multilíngue, Gomes et al. (2020) enfatizam que as práticas de ensino de línguas seguem um modelo que se ocupa apenas como o PB e a língua indígena de prestígio.

No caso do povo Warao, que em sua maioria fala a língua materna e possui o espanhol como segunda língua, surge a necessidade de aprender a falar o PB com a migração para o Brasil. Encontramos políticas linguísticas que se preocupam em ensinar o PB como língua adicional para esses imigrantes, já que o ensino da língua nacional serve como uma ferramenta instrumental para suprir necessidades de comunicação e de defesa diante da sociedade (AMARAL, 2011). Para os Warao, aprender o PB não significa apenas se comunicar no dia a dia com os brasileiros na hora das compras ou dentro do abrigo, mas também ter mais oportunidades de emprego e poder traduzir informações importantes para seus parentes (BRANDÃO et al., 2019). Porém, há pouca preocupação com o letramento na língua Warao para a preservação linguística e cultural.

Vale salientar que Mosonyi (2012) já apontava as perdas de inúmeros traços culturais e linguísticos warao, incluindo algumas atividades altamente estruturadas, o afastamento gradual da prática do deslocamento sazonal ao longo dos canos para adotar um estilo de vida urbano e a perda da língua nas novas gerações, cujos jovens são em grande parte falantes apenas de espanhol. Sabemos que a perda da língua, muitas vezes, pode estar associada ao estigma de se reconhecer como indígenas, um problema que

podem ser ainda mais complexo em se tratando de imigrantes indígenas, pois como aponta Storto:

O desprestígio associado à identidade indígena ainda prevalece na sociedade nacional devido a um preconceito histórico, faz com que muitos falantes abandonem suas línguas, na crença errônea de que para falar bem o português seja necessário deixar de falar suas línguas nativas. (STORTO, 2019, p. 12)

Considerando-se que a língua reflete as cosmogonias, cosmologias, cosmovisões e identidades dos povos, e que essa consciência do valor e lugar de suas identidades é importante para a interculturalidade (GOMES et al., 2020), algumas instituições e os próprios Warao percebem a necessidade de que as crianças e os jovens estejam em contato com propostas interculturais e multilíngues que valorizem sua cultura e língua, seja no contexto escolar ou fora dele, como veremos na seção 3.

### **3 Os desafios para as políticas linguísticas voltadas para a população**

#### **Warao**

A partir do referencial teórico exposto na seção anterior, partimos do seguinte questionamento: as políticas linguísticas/educacionais voltadas para os povos originários do Brasil também se aplicam aos indígenas venezuelanos que atualmente vivem no Brasil? O que diz nossa constituição acerca dos estrangeiros e refugiados? Acerca desses questionamentos a legislação Brasileira de 1988 prevê:

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Partindo dessa premissa, os Warao enquanto indígenas em situação de refúgio devem gozar dos direitos de refugiados e também terem suas especificidades enquanto indígenas respeitadas. A chegada e o estabelecimento dessa população no Brasil certamente aponta desafios para a criação e aplicação de políticas linguísticas, uma vez que eles estão espalhados por todo país e não tem terras demarcadas e muito menos acesso à educação multilíngue e específica.

As escolas no Brasil não têm suporte e nem formação para atender a demanda desses indígenas. Apesar do status da língua ser vigorosa na Venezuela, com a migração para o Brasil os Warao enfrentam dificuldades para manter sua língua viva, pois o contato com a cidade e o ensino nas escolas não proporcionam o uso e ensino da língua desse povo.

Desde a chegada dos Warao ao Brasil diversas instituições governamentais e não governamentais têm proposto e aplicado uma série de políticas de inclusão que perpassam pela questão linguística, pois junto a necessidade de aprendizagem do português surge também a preocupação em assegurar ao povo uma educação diferenciada, intercultural e multilíngue. A partir deste ponto apresentaremos e discutiremos algumas destas políticas.

### ***3.1 Projeto político-pedagógico Kuarika Naruki e ações das secretarias de educação***

No que tange às políticas linguísticas e educacionais na região metropolitana Belém, a secretaria municipal (SEMEC) e a secretaria estadual de educação (SEDUC) em parceria com linguistas da Universidade do Estado do Pará (UEPA) com o objetivo de assegurar a educação multilíngue e específica elaboraram o projeto político pedagógico denominado *Kuarika Naruki*, que em português significa “Vamos para Frente”. Esse projeto político pedagógico foi lançado no ano de 2018 e prevê a oferta de educação escolar indígena para os Warao. O projeto é organizado metodologicamente por quatro ciclos de formação:

- Ciclo I: Educação infantil;
- Ciclo II: Ensino fundamental (séries iniciais)
- Ciclo III: Ensino fundamental (séries finais)
- Ciclo IV: Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O projeto ressalta que todos os ciclos de formação devem estar articulados em quatro princípios básicos que são: políticas linguísticas, uma vez que se trata de uma população multilíngue; sustentabilidade econômico-financeira, para que consigam se manter economicamente no novo país; migração e direitos humanos, para que conheçam e lutem por seus direitos enquanto população indígena em situação de refúgio; e cultura

e meio ambiente para que mantenham vivas suas práticas culturais e sua relação com a natureza.

Embora já se tenha um projeto político-pedagógico elaborado desde o ano de 2018 ele ainda não foi posto em prática em sua totalidade. Atualmente as crianças Warao estão matriculadas em escolas regulares das redes municipal e estadual. A nível municipal, de acordo com dados disponibilizados pela SEMEC, estão matriculados em Belém 239 alunos da etnia Warao.

Os 239 alunos estão distribuídos nas escolas: Anexo Amigos Solidários – EMEF Maria Heloisa De Castro, Cong Das Irmãs Sale Sag Cora Ins Fel Smaldone Ceac, EMEF Gabriel Lage Da Silva, EMEF Maria Heloisa De Castro, EMEF Monsenhor José Maria Azevedo, EMEIF Prof Helder Fialho Dias, EMEIF Prof Pedro Demo, EMEI Pratinha, UEI Itaiteua e UEI Santo Agostinho. Na rede municipal de Ananindeua estão matriculados 105 alunos Warao distribuídos em três escolas: EMEF Hildegarda Caldas de Miranda, EMEF São Geraldo e EMEF Manoel Lobato.

De acordo com dados da SEDUC (2020), estão matriculados 72 alunos Warao na rede estadual. O atendimento educacional a nível estadual é ofertado na Escola Estadual Marechal Cordeiro de Farias, onde os Warao são distribuídos em cinco turmas específicas, sendo duas no período matutino e três no período vespertino. Ambas as turmas têm propostas didáticas interculturais e atendem crianças a partir de 11 anos, jovens, adultos e idosos.

Apesar do amplo esforço das secretarias para ofertar educação formal aos indígenas Warao, grande parte das aulas são ministradas exclusivamente em Língua Portuguesa, ou seja, suas especificidades educacionais não estão sendo atendidas. Essa dificuldade na elaboração e aplicação de políticas linguísticas talvez se dê pelo grau de novidade em receber um povo indígena de outro país e também pela ampla distribuição socioespacial dessa população.

### ***3.2 Projeto Povos das águas: trabalho, participação e meios de vida***

O projeto "povos das águas" foi um projeto realizado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB em conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e contou com a participação de 142 indígenas.

O projeto desenvolveu uma sequência de atividades em diálogo com a cultura visando contribuir para a inserção socioproductiva e socioeconômica dos Warao da região metropolitana de Belém. Entre as principais atividades realizadas pelo projeto se destacaram o mapeamento do perfil de trabalho dos indígenas, oferta de cursos de formação, como por exemplo, o curso profissionalizante de soldador oferecido pelo Instituto Federal do Pará (IFPA) em parceria com o IEB.

No projeto também foram ofertados cursos de aperfeiçoamento para o trabalho com artesanato e sua comercialização, prática que além de proporcionar renda colabora para a preservação e divulgação da cultura Warao.

Cabe destacar também que foi ofertado o curso de formação de lideranças indígenas. O curso foi voltado para a questão dos direitos indígenas e os aspectos culturais e de organização do movimento indígena brasileiro. O objetivo do curso foi fortalecer a cidadania dos refugiados, bem como aproximá-los do contexto das lutas dos indígenas brasileiros.

### ***3.3 Protocolo de consulta prévia ao povo Warao***

O protocolo de consulta é um documento construído em 2020 pelos indígenas Warao residentes em Belém/PA. O documento faz uma breve apresentação do povo, justifica a importância da consulta, aponta quem deve ser consultado e instrui como deve ser a consulta.

O protocolo foi redigido nas três línguas faladas por eles, a língua materna, o espanhol e o português. A reivindicação para que o protocolo fosse disponibilizado nas três línguas partiu dos próprios indígenas que na parte de apresentação do documento ressaltam “Não queremos que nossa língua e nossa cultura se percam no contato com as cidades e a cultura não indígena”.

### ***3.4 Projeto de documentação e revitalização linguística da Universidade Federal do Pará***

Com o objetivo de contribuir com a preservação e divulgação da língua e da cultura Warao está sendo desenvolvido um projeto de documentação das narrativas da

cosmologia Warao pelas autoras do artigo, relacionado à tema de dissertação do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras PPGL/UFPA. O projeto conta com a colaboração de dois estudantes indígenas da UFPA, Roisdael Calderón e Maria Lígia Perez Garcia, ambos discentes do curso de Pedagogia.

As seções de documentação das narrativas são realizadas na Universidade Federal do Pará e também durante oficinas realizadas com as crianças nas comunidades Warao da região metropolitana de Belém.

**Imagem 1: Seção de documentação de narrativas com o estudante indígena Roisdael Calderón.**



**Imagem 2: Oficina realizada com as crianças Warao na comunidade Beira Mar em Outeiro.**





Fonte: Imagem das autoras, 2022

O projeto de documentação está em andamento e até o presente momento já foram documentadas quatro narrativas: *Ojido Anamonina* (Como surgiu a mata de buriti); *Jomakaba Anamonina* (como surgiram os peixes); *Neburato Jara Yakera* (O homem do bom braço) e *Neburato Abeje Arotu* (O homem dono da luz). Como produto da pesquisa temos como proposta a elaboração de um material paradidático com as narrativas documentadas.

Algumas iniciativas de produção de materiais paradidáticos em contexto multilíngues já foram realizadas em outros estados, como por exemplo no Piauí onde a Universidade Federal do Piauí (UFPI) representada pelas professoras Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Lúcia Silva Lima, do Departamento de Ciências Sociais/CCHL e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Sueli Rodrigues de Sousa, do Departamento de Ciências Jurídicas/CCHL, com a ajuda de parceiros, elaboraram a ação “Prevenção e proteção aos Warao no contexto da pandemia”, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC), da UFPI. Esse projeto de extensão deu origem às cartilhas informativas, digitais e impressas, sobre os cuidados necessários durante a pandemia.

**Imagem 3: Cartilhas trilingue sobre os cuidados na pandemia**



Fonte: <https://ufpi.br/noticias-coronavirus/36356-ufpi-produz-cartilhas-informativas-sobre-o-combate-a-covid-19-para-os-indigenas-warao-da-venezuela>

Outra iniciativa na produção de materiais paradidáticos em contexto multilíngue partiu do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que lançou cartilhas com o objetivo de auxiliar na adaptação à cultura do Brasil e comunicar aos Warao seus direitos e deveres no novo país. A iniciativa da UNFPA está relacionada às ações da década internacional das línguas indígenas, e para a elaboração das cartilhas contou com a participação dos indígenas através de oficinas.

**Imagem 4: Cartilhas multilíngue – UNFPA**



Fonte: UNFPA Brasil/Pedro Sibahi. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/156968-cartilhas-apoiam-populacao-indigena-warao-em-situacao-de-refugio-e-migracao>

As cartilhas trazem como títulos: A construção de uma sociedade não violenta; uma questão de gênero; Saúde sexual e infecções sexualmente transmissíveis; Planificação reprodutiva, gravidez e lactação, que são temáticas de grande relevância social.

A produção de cartilhas nas três línguas faladas pelos indígenas pode ser vista como uma política de valorização e fortalecimento linguístico, pois a produção de materiais também indica a vitalidade de uma língua. Além disso, como o perfil sociolinguístico dos Warao é heterogêneo é de fundamental importância que os materiais voltados para essa população sejam elaborados nas três línguas.

### ***3.5 Inserção dos estudantes indígenas na Universidade Federal do Pará***

Em 2020, ocorreu o primeiro processo seletivo especial da UFPA para imigrantes e refugiados da UFPA (Resolução Consepe 5230/2019). Nessa primeira seleção, foram aprovados sete alunos da etnia Warao e três da etnia Wai wai. A possibilidade de entrada na universidade foi uma grande conquista para os Warao, porém várias dificuldades foram encontradas já desde o início. Além das adversidades impostas pela pandemia no ano de 2021, eles tiveram que esperar por um longo período para conseguirem se matricular em razão da falta de alguns documentos. Outro desafio que estão enfrentando no momento é o fato de não dominarem a língua portuguesa a nível acadêmico. A Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (ADIS) da UFPA tem trabalhado junto a alguns institutos, como Instituto de Letras e Comunicação (ILC) para dar um apoio linguístico-cultural para esses estudantes. Um exemplo foi o projeto MIGRE, coordenado pela profa. Walkyria Magno em 2021.

### ***3.6 Encontros de cultura e conselho Warao Ojiduna***

Com o objetivo de preservação e divulgação da cultura e da língua materna, em dezembro de 2022 os indígenas com apoio da ACNUR organizaram o 1º encontro de cultura Warao realizado na Usina da Paz, no bairro Benguí. O encontro teve como

principais atividades esportes, danças, cantos e contação de narrativas da cosmologia do povo.

Durante o encontro também foi apresentado o Conselho Warao Ojiduna, organização idealizada pelos indígenas com o propósito de uni-los e representá-los na busca por participação e direitos.

## **Considerações finais**

O presente trabalho teve como objetivo apresentar o perfil sociolinguístico dos Warao na região metropolitana de Belém, bem como refletir sobre questões relacionadas ao multilinguismo e as políticas linguísticas voltadas para essa população. Observamos que assim como no caso dos povos indígenas brasileiros, a conscientização linguística da sociedade nacional e principalmente dos próprios Warao de que tanto os interesses pelo ensino do PB como da língua materna são imprescindíveis, é um primeiro passo para a manutenção do multilinguismo e para a criação de um ambiente favorável a criação de novas políticas linguísticas.

Ao longo do trabalho apresentamos iniciativas diretamente relacionadas à questão da educação ou de preservação da língua, como o projeto político-pedagógico elaborado por várias instituições e o projeto de documentação e revitalização da UFPA. Também apresentamos outras iniciativas que promovem atividades humanitárias e de inserção dos Warao na sociedade, mas que foram aqui mencionadas por levarem em consideração os aspectos culturais e tentarem facilitar o acesso aos direitos para os indígenas através do uso da língua Warao na comunicação.

Tendo em vista que há poucos trabalhos linguísticos sobre a situação da língua Warao falada no Brasil e que houve dificuldades de acesso às comunidades e ao abrigo onde moram os Warao, esperamos mesmo assim ter contribuído para um melhor entendimento da situação sociolinguística desse povo e apresentado reflexões sobre as políticas linguísticas realizadas atualmente na região metropolitana de Belém que poderão servir como fonte de pesquisa para os interessados na temática. Iremos continuar a pesquisa e esperamos ter acesso a mais dados para fornecer um perfil sociolinguístico mais detalhado e os resultados finais do projeto de documentação e revitalização linguística em trabalhos futuros.

A partir do que foi exposto sobre o cenário de incorporação da língua Warao ao território brasileiro e do risco de que a mesma seja silenciada nas gerações futuras, é urgente a necessidade de se pensar em ações de valorização e preservação dessa língua através de novas políticas linguísticas, como por exemplo, estabelecer uma política linguística que promova práticas de ensino intercultural e multilíngue nas escolas onde os Waraos estão inseridos.

O movimento da Década Internacional das línguas indígenas (2022-2032) promovido pela UNESCO em parceria com várias instituições, organizações e lideranças indígenas tem contribuído muito para a divulgação e promoção das línguas indígenas e da diversidade linguística, bem como feito reivindicações para a criação de políticas a nível nacional. Em carta em evento em Belém em novembro de 2022, o movimento reivindicou a criação do departamento de Políticas Linguísticas dentro do Ministério dos Povos Indígenas. Em virtude do novo cenário político, renascem as esperanças de que essas reivindicações serão atendidas.

### **Agradecimentos**

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa de mestrado.

Agradecemos a Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), em especial a Coordenadoria de Imigrantes, Indígenas e Refugiados pelo apoio na realização das oficinas nas comunidades Warao.

### **REFERÊNCIAS**

AMARAL, L. **Bilinguismo, Aquisição, Letramento e o Ensino de Múltiplas Línguas em Escolas Indígenas no Brasil**. Cadernos de Educação Escolar Indígena, v. 9, p. 13-32, 2011.

ALENCAR, Joelma et al. (org). **Protocolo de consulta prévia do Povo Warao em Belém/PA**. Belém: EDUEPA, 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Os warao no Brasil**: contribuições da antropologia para proteção de indígenas, refugiados e migrantes. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf> Acesso em: 03 jan. 2022. Acesso em: 07 out. 2022.

BARRAL, B. (1979). **Diccionario Warao-español, español-warao**. Fundación La Salle de Ciencias Naturales.

BOSSAGLIA, G. **Linguística Comparada e tipologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 12 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. **LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 12 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar**. Brasília: MEC, 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001778.pdf>. Acesso em 12 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. **Matriz de Monitoramento de deslocamento (DMT) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2021. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/node/88920>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CALVET, Louis'-Jean. **As políticas linguísticas** São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

FERRAZ, A. P. O panorama linguístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o Português. *Filol. lingüíst.*, n. 9, p. 43-73, 2007.

GOMES, A. A. S.; BARBOSA, J. O.; FERREIRA, I. V. B. **Do bilinguismo ao multilinguismo: um caminho para a escola indígena diferenciada**. CADERNO DE LETRAS (UFPEL), v. 36, p. 275-292, 2020.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS. **Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros**. Disponível em: <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

LAVIANO, Eduardo. **Refugiados, indígenas venezuelanos vão cursar universidade em Belém**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/01/refugiados-indigenas-venezuelanos-vao-cursar-universidade-em-belem.shtml>. Acesso em: 04 jan. 2023.

MORELLO, Rosângela. **Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)**. *Gragoatá*, v. 17, n. 32, 2012.

MOSONYI, E. (2012). **El discurso sobre la irreversible extinción de las lenguas: Un atentado contra la interculturalidad.** *Boletín de Lingüística Universidad Central de Venezuela*. Vol. XXIV, Nros 37-38, 197-215.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Cartilhas apoiam população indígena Warao em situação de refúgio e migração.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/156968-cartilhas-apoiam-populacao-indigena-warao-em-situacao-de-refugio-e-migracao>. Acesso em: 03 jan. 2023.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. **Políticas linguísticas: uma entrevista com Gilvan Muller de Oliveira.** *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016. Disponível em: <http://ipol.org.br/entrevista-com-gilvan-muller-de-oliveira-na-revel/>. Acesso em 27 Nov. 2022.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas.** *D.E.L.T.A.* v. 9, n. 1, p. 83-103. 1993.

ROMERO-FIGUEROA, Andrés. **Los ideófonos en warao.** Editorial de la Universidad Nacional de La Pampa, 2021.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito: reflexões a partir das experiências de Manaus – AM e Belém – PA.** 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/905159.pdf>. Acesso em: 27 Nov. 2022.

STORTO, Luciana. **Línguas Indígenas: tradição, universais e diversidade.** Campinas: Mercado das Letras, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **UFPI produz cartilhas informativas sobre o combate a covid-19 para os indígenas Warao, da Venezuela.** Disponível em: <https://ufpi.br/noticias-coronavirus/36356-ufpi-produz-cartilhas-informativas-sobre-o-combate-a-covid-19-para-os-indigenas-warao-da-venezuela>. Acesso em: 03 jan. 2023.